

RELATORIA: DEB

TERMO: VOTO À DIRETORIA COLEGIADA

NÚMERO: 028/2018

OBJETO:

**REPRESENTAÇÃO DA DELEGACIA DA RECEITA
FEDERAL DE FOZ DO IGUAÇU PARA APURAR INDÍCIOS
DE IRREGULARIDADES ATRIBUÍDAS À EMPRESA JOSÉ
ANTONIO FRANCESCHETTI BAURU – ME**

ORIGEM: SUPAS

PROCESSO (S): 50500.061904/2011-18

PROPOSIÇÃO PRG:

**NOTA Nº 6105/2014/PF-ANTT/PGF/AGU, PARECER Nº
4.706/2015/PF-ANTT/PGF/AGU E NOTA Nº 01720/2017/PF-
ANTT/PGF/AGU (JURISPRUDÊNCIA, COM BASE NO
PROCESSO Nº 50500.118933/2016-65)**

PROPOSIÇÃO DEB: APLICAÇÃO DE PENALIDADE DE INIDONEIDADE

ENCAMINHAMENTO: À VOTAÇÃO – DIRETORIA COLEGIADA

I - DAS PRELIMINARES

Trata-se de Processo Administrativo Ordinário instaurado em face da empresa JOSÉ ANTONIO FRANCESCHETTI BAURU – ME, CNPJ nº 05.538.572/0001-42, para apurar as irregularidades apontadas na representação da Receita Federal, que, em fiscalização, apreendeu mercadorias de procedência estrangeira sem prova de sua introdução regular no país, sujeitas à pena de perdimento.

II – DOS FATOS

A Nota nº 255/2014/SUPAS/ANTT, de 05 de maio de 2014, trata de representação, oferecida pela Delegacia da Receita Federal do Brasil de Foz do Iguaçu/PR, perante a ANTT em desfavor da empresa JOSÉ ANTONIO FRANCESCHETTI BAURU – ME. Aquela DRF encaminhou à esta Agência documentação acerca da Representação instaurada após fiscalização realizada em 03/12/2010, no veículo de placa CLJ 3309, onde foram apreendidas mercadorias de

procedência estrangeira sem prova de sua introdução regular no país, sujeitas à pena de perdimento (fls. 23/26). A Nota é finalizada com indicação de constituição de comissão de processo administrativo para apuração dos fatos e aplicação de penalidades.

A SUPAS editou, então, a Portaria nº 338, de 07 de julho de 2014, constituindo Comissão Processante para apurar os fatos apontados e fixou o prazo de 120 dias para apresentação do Relatório Final, com indicação das providências a serem adotadas (fl. 29).

Em reunião realizada em 14 de julho de 2014, a Comissão deliberou por intimar a empresa, e comunicou a instauração de Processo Administrativo com a finalidade de apurar os fatos apontados. Ainda, alertou sobre o prazo improrrogável de 30 (trinta) dias para a empresa apresentar sua Defesa Prévia (fls. 30/32).

Devidamente intimada, a empresa apresentou defesa prévia afirmando que havia vendido dois veículos de sua propriedade, em 11 e 20 de outubro de 2010, sem deixar claro, porém, em qual das datas teria ocorrido a venda do veículo de placa CLJ-3309 (fls. 38/40). Afirmou ainda que anexou cópias aos procedimentos administrativos e penal, entretanto não o fez, perante a Comissão, naquela oportunidade.

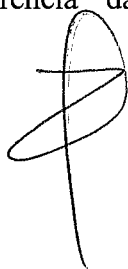
Em nova reunião a Comissão Processante decidiu por intimar a empresa para apresentação de alegações finais, no prazo regulamentar de 10 (dez) dias (fls. 49/52).

Nas folhas 54/55 constam comprovantes do ato de intimação efetuado por meio de Edital; publicado no DOU em 17/10/2014.

Novamente, a comissão se reuniu e deliberou por intimar a empresa para apresentação de comprovação de legitimidade do signatário da defesa e das alegações, no prazo regulamentar de 10 (dez) dias (fls. 57/58).

Ainda, em 04 de novembro de 2014, a SUPAS, pela Portaria nº 558, prorrogou por 120 dias o prazo para conclusão dos trabalhos da comissão de processo administrativo (fl.61).

Em suas alegações finais (fls. 63/68), a empresa ratificou a representatividade do signatário da defesa prévia e apresentou Certidão emitida pelo 2º Tabelião de Notas e de Protesto de Letras e Títulos de Bauru, onde foi certificado que em 23/11/2010 o senhor José Antônio Franceschetti solicitou o reconhecimento de firma, no CRV do veículo código RENAVAM nº. 545.164.362, para transferência daquele veículo. Também foi apresentado relatório do



DETRAN/SP em que consta a comunicação de venda do veículo, conforme fl. 67. Conclui, requerendo a extinção do processo.

A Comissão lavrou o Relatório Final (conforme consta nas fls.74/76), concluindo não haver indício de que a empresa José Antonio Franceschetti Bauru – ME tenha concorrido para o ilícito verificado pela Receita Federal. Segundo a comissão, a empresa comprovou a transferência do veículo em 23/11/2010 (em que pese não haver a apresentação da cópia do CRV preenchido e assinado, foi acostada certidão comprobatória do reconhecimento de firma daquela operação), bem verificou que o veículo não estava cadastrado na frota da referida empresa na data da fiscalização.

Com base nos fatos relatados, de acordo com as razões esposadas no parágrafo anterior, a comissão sugeriu o arquivamento do processo administrativo referente à empresa José Antonio Franceschetti Bauru – ME.

A Procuradoria, por meio da Nota nº 6105/2014/PF0ANTT/PGF/AGU (fl. 80) , instada a se pronunciar, retornou os autos à SUPAS a fim de que fosse providenciado junto à empresa cópia da comunicação do DETRAN da venda do veículo, com a respectiva data e protocolo do respectivo órgão público, tendo em vista que o documento de fl. 67 nada informa a respeito.

Após algumas tentativas infrutíferas de se obter os dados referentes à data da comunicação de venda por consulta ao sistema INFOSEG, foi encaminhado ofício ao DETRAN- SP e DETRAN/Bauru com vistas a elucidar tal lacuna (fl. 87). E, em 04 de março de 2015, a SUPAS, pela Portaria nº 103, prorrogou por 120 dias o prazo para conclusão dos trabalhos da comissão de processo administrativo (fl.95).

Em resposta ao ofício de pedido de informações, o diretor da Unidade de Trânsito de Bauru- SP informou que consta no sistema PRODESP/DETRAN comunicação de venda do veículo incluída em 20.08.2014, sendo que a venda ocorreu em 18.08.2014, conforme relatório de cadastro de veículos e Ativo de Comunicação de vendas à fl.100.

A Comissão lavrou novamente um Relatório Final (fls. 102/109) concluindo pela aplicação da pena de declaração de inidoneidade à empresa, por prazo a ser fixado em decisão.

Instada novamente a se manifestar, a PF/ANTT emitiu o Parecer nº 4.706/2015/PF-ANTT/PGF/AGU (fls. 113/116), onde concluiu: “... não restou afastada a infração imputada à Transportadora, mostrando-se adequadamente o fundamentado no Relatório Final apresentado, até

porque a farta descrição dos fatos contidos nos autos demonstram a inobservância da legislação que disciplina o serviço público que lhe foi autorizado”. E mais, recomendou a expedição de ofícios e, para os próximos casos correlatos, a notificação dos administradores, sócios e controladores da pessoa jurídica, com fundamento no art. 78-E da Lei nº 10.233/2001.

Nos termos do Despacho, fl. 118, decidiu-se pela suspensão do presente processo administrativo considerando consulta formulada pela SUPAS junto a PF-ANTT acerca do processamento de autos de infração lavrados pela Receita Federal, e sua conversão em Processo Administrativo Simplificado no processo de nº 50500.118933/2016-65.

Por meio da Nota nº 01720/2017/PF-ANTT/PGF/AGU, constante do processo nº 50500.118933/2016-65 (cuja cópia se encontra nos autos, fls. 119/121), a PF-ANTT orientou p(a manutenção da tipificação da conduta infracional das empresas que transportam mercadorias com nítido intuito comercial nas disposições do art. 36 do Decreto nº 2.521/98, mesmo que as bagagens estejam devidamente identificadas. Ressalta-se que essa orientação fez parte do teor do Despacho nº 605, fl. 123.

III - DAS JUSTIFICATIVAS E DA ANÁLISE PROCESSUAL

Da análise fática dos autos, constatou-se que a empresa JOSÉ ANTONIO FRANCESCHETTI BAURU – ME foi autuada por cometer infração fiscal, com base no Art. 75 da lei nº 10.833/2003 e na Instrução normativa SRF nº 366/2003, ensejando instauração de processos administrativos fiscais perante a Secretaria da Receita Federal. Em decorrência disso, esse órgão enviou as respectivas representações a esta Agência, conforme dispõe o Art. 75, § 8º, daquela lei, bem como Art. 9º desta Instrução Normativa:

Sem prejuízo disso, aquele órgão enviou a presente representação a esta Agência, conforme dispõe o art. 75, § 8º, daquela lei, bem como o art. 9º instrução normativa abaixo:

Lei nº 10.833/2003

“Art. 75. Aplica-se a multa de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) ao transportador, de passageiros ou de carga, em viagem doméstica ou internacional que transportar mercadoria sujeita a pena de perdimento:

(...)

§ 8o A Secretaria da Receita Federal deverá representar o transportador que incorrer na infração prevista no caput ou que seja submetido à aplicação da pena de perdimento de veículo à autoridade competente para fiscalizar o transporte terrestre.”



Instrução Normativa SRF nº 366/2003

“Art. 9º Havendo decisão definitiva, na esfera administrativa, do processo relativo à aplicação da multa referida no art. 7º ou da pena de perdimento do veículo, o titular da unidade da SRF responsável pela ação fiscal deverá encaminhar, diretamente à Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT), representação contra o transportador, para adoção das providências de sua alçada.

Parágrafo único. A representação à ANTT deverá ser instruída com cópia do auto de infração, da descrição pormenorizada dos fatos e dos demais documentos comprobatórios da prática do ilícito. (grifo acrescentado)”

Necessário esclarecer, inicialmente, que a penalidade aplicada pela Secretaria da Receita Federal à empresa possui natureza fiscal, o que corrobora a necessidade do envio da representação à ANTT, à qual compete regular e fiscalizar o transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, por força da Lei nº 10.233/2001.

Embora o veículo de placa CLJ-3309 não estivesse cadastrado em frota de nenhuma empresa e não houvesse sido emitida autorização de viagem para o período, fato é que o veículo pertencia à empresa José Antônio Franceschetti Bauru – ME, no momento da infração, pois conforme se comprovou pelo relatório de cadastro de veículos do DETRAN Bauru/SP, a venda do veículo apenas foi oficializada em 18.08.2014, data posterior inclusive à intimação da empresa para apresentação de defesa nos autos deste processo.

Ultrapassada a notoriedade de que a transferência de propriedade de veículo não se opera com a simples tradição, mas sim, com a comunicação pelo vendedor e registro do comprador perante o Departamento de Trânsito competente, o que a empresa deixou de comprovar, cumpre ressaltar que tal situação corrobora a responsabilidade solidária de José Antônio Franceschetti Bauru - ME sobre os atos cometidos com uso do veículo.

Verificadas infrações a essa lei, ao Decreto nº 2.521/1998 e às resoluções da ANTT, esta Agência deve atuar de forma independente, atenta às regras relativas ao transporte de passageiros e não à matéria fiscal.

Em posse dessas informações, cumpre à ANTT proceder ao enquadramento da conduta da empresa sob o prisma da legislação que rege o transporte, garantindo à empresa, em qualquer caso, o exercício da ampla defesa e do contraditório.

Sobre o assunto, as definições citadas nos incisos II, III e XI, do artigo 3º, do Decreto nº. 2.521, de 1998, do conhecimento do transportador, não deixam dúvidas quanto aos limites da

atividade de transporte de passageiros e elucidam a controvérsia que se instalou acerca do transporte de bagagens, senão vejamos:

“Art. 3º para os fins deste Decreto considera-se:

(...)

II – bagageiro: compartimento do veículo destinado exclusivamente ao transporte de bagagens, malas postais e encomendas, com acesso independente do compartimento de passageiros;

III – bagagem: conjunto de objetos de uso pessoal do passageiro, devidamente acondicionado, transportado no bagageiro do veículo;

(...)

XI – fretamento eventual ou turístico: é o serviço prestado à pessoa ou a um grupo de pessoas, em circuito fechado, com emissão de nota fiscal e lista de pessoas transportadas, por viagem, com prévia autorização ou licença da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT;

(...)”

A Resolução ANTT nº 4.777 traz as seguintes vedações:

“Art. 47. Na prestação do serviço objeto desta Resolução, a bagagem deverá estar devidamente etiquetada e vinculada ao passageiro.

Art. 48. O controle de identificação da bagagem transportada no bagageiro será feito por meio de tíquete de bagagem fornecido pela autorizatória em 3 (três) vias, sendo a primeira fixada à bagagem, a segunda destinada ao passageiro e a terceira anexada à relação de passageiros.

Art. 49. As bagagens não identificadas são de responsabilidade da autorizatória.

(...)

Art. 61. Na prestação do serviço de transporte rodoviário de passageiros de que trata a presente Resolução, a autorizatória não poderá:

(..)

VIII - executar o serviço de transporte de encomendas; e

(...)

IX - transportar produtos que configurem tráfico de drogas e de entorpecentes, contrabando ou descaminho.”

Portanto, a conduta imputada à empresa configura a execução de serviços de transporte rodoviário sem prévia autorização ou permissão, como se extrai dos dispositivos do Decreto nº. 2.521, de 1998 abaixo:

“Art. 35. Constituem serviços especiais os prestados nas seguintes modalidades”:

I - transporte interestadual e internacional sob regime de fretamento contínuo;

II - transporte interestadual e internacional sob regime de fretamento eventual ou turístico;”

Art. 36. Os serviços especiais previstos nos incisos I e II do caput de art. 35 têm caráter ocasional, só podendo ser prestados em circuito fechado, sem implicar o estabelecimento de serviços regulares ou permanentes e dependem de autorização da Agência Nacional de Transportes Terrestres, independentemente de licitação,



observadas, quando for o caso, as normas dos tratados, convenções e acordos internacionais, enquanto vincularem a República Federativa do Brasil.

§ 1º Para os serviços previstos nos incisos I e II do artigo anterior, não poderão ser praticadas vendas de passagens e emissões de passagens individuais, nem captação ou desembarque de passageiros no itinerário, vedados, igualmente, a utilização de terminais rodoviários nos pontos extremos e no percurso da viagem, e o transporte de encomendas ou mercadorias que caracterizem a prática de comércio, nos veículos utilizados na respectiva prestação.”

Ainda, no Art. 86 do mesmo dispositivo legal citado acima reza que:

“A penalidade de declaração de inidoneidade da transportadora aplicar-se-á nos casos de: (...) VI - prática de serviço não autorizado ou permitido.

Parágrafo único. A declaração de inidoneidade importará a caducidade da permissão.”

A esse respeito, a Lei nº. 10.233, de 2001, em seu art. 78-A, dispõe: *“A infração a esta Lei e o descumprimento dos deveres estabelecidos no contrato de concessão, no termo de permissão e na autorização sujeitará o responsável às seguintes sanções, aplicáveis pela ANTT e pela ANTAQ, sem prejuízo das de natureza civil e penal: (...) V - Declaração de inidoneidade;”*

O Art. 78-D do referido diploma legal determina: *Na aplicação de sanções serão consideradas a natureza e a gravidade da infração, os danos dela resultantes para o serviço e para os usuários, a vantagem auferida pelo infrator, as circunstâncias agravantes e atenuantes, os antecedentes do infrator e a reincidência genérica ou específica.*

E o Art. 78-H determina que: *“Na ocorrência de infração grave, apurada em processo regular instaurado na forma do regulamento, a ANTT e a ANTAQ poderão cassar a autorização.”*

Como se verifica nos autos, o tamanho e formato dos embrulhos já indicavam se tratar de mercadorias que caracterizam a prática de comércio, e não objetos de uso pessoal do passageiro. Diante das circunstâncias, mais do que simplesmente identificar a bagagem devidamente, cabia ao preposto da empresa verificar os embrulhos suspeitos, e, se for o caso, negar o embarque do respectivo usuário (art. 61, VIII e IX da Resolução nº 4777/2015).

Destaque-se que, na prestação do serviço de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento, a autorizatária não poderá, dentre outros, executar o serviço de transporte de encomendas, bem como transportar produtos que configurem tráfico de drogas e de entorpecentes, contrabando ou descaminho,



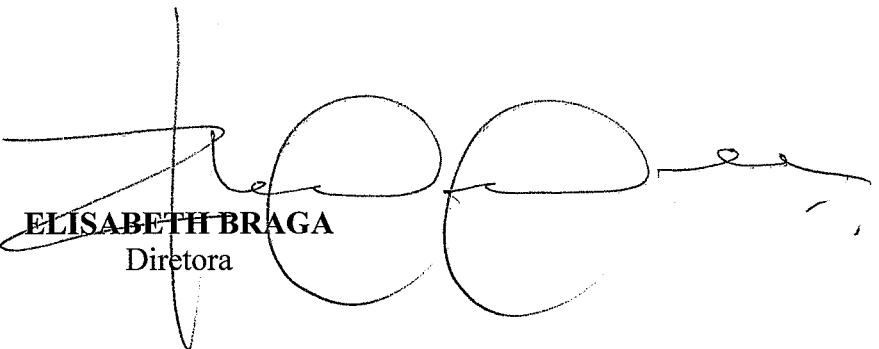
conforme dispõe o art. 61, incisos, VIII e IX da Resolução nº 4.777, de 6 de julho de 2015, ainda que as bagagens esteja devidamente identificadas.

Ante o exposto, a área técnica considerou regular o procedimento adotado nos presentes autos, estando caracterizada a infração prevista no inciso VI do artigo 86 do Decreto nº 2.521, de 1998, e artigos 78-A e H da Lei nº 10.233, de 2001.

IV – DA PROPOSIÇÃO FINAL

Diante do exposto, considerando as instruções técnicas e jurídicas constantes dos autos, **VOTO** pela aplicação da pena de declaração de inidoneidade à empresa JOSÉ ANTONIO FRANCESCHETTI BAURU – ME, CNPJ nº 05.538.572/0001-42 e determino à SUPAS que notifique a empresa acerca dos termos da decisão adotada.

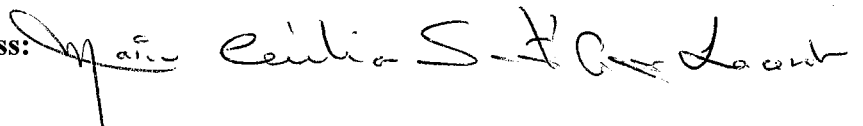
Brasília, 22 de janeiro de 2018


ELISABETH BRAGA
Diretora

ENCAMINHAMENTO:

À **Secretaria-Geral (SEGER)**, para prosseguimento do feito.

Em 22 de janeiro de 2018

Ass: 

Maria Cecília Sant'anna Lacenda
Matricula: 1247216
Assessoria – DEB